

Nacional

# Congresso faz ameaça de 'greve branca'

■ Endividados, parlamentares prometem parar reformas se não ganharem aumento

CARMEN KOZAK

BRASÍLIA — As lideranças dos partidos e os integrantes das mesas da Câmara e do Senado estão pressionando os presidentes Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) e José Sarney (PMDB-AP) a concederem algum tipo de vantagem financeira para aumentar a renda dos deputados e senadores. Esta semana as pressões aumentaram muito por causa da ameaça de *greve branca* no Congresso.

Insatisfeitos com o salário — R\$ 8.000 brutos — e pendurados em dívidas bancárias, os parlamentares prometem esvaziar as sessões do Congresso e impedir a votação de medidas provisórias e do Orçamento Geral da União para o ano que vem.

A *greve branca* está sendo articulada pelo chamado *sindicato parlamentar*. Um dos líderes do movimento é o deputado Basílio Vilani (PPB-PR), que em conversa com os colegas está planejando até piquetes nas portas do plenário. O movimento dos insatisfeitos é engrossado pelos deputados Nilson Gibson (PMN-PE) e Agnaldo Timóteo (PPB-RJ). "O salário de um deputado federal é canalha, covarde e mentiroso", diz Timóteo.

Depois da recusa de Luís Eduardo e Sarney aos pedidos de aumento de salário e de pagamento de

jetões — gratificação por comparecimento às sessões —, os deputados inventaram uma nova proposta para aumentar os seus rendimentos: a criação de uma verba especial para cobrir suas despesas. Essa verba cobriria gastos com os escritórios nos estados e com viagens de "interesse do exercício parlamentar". A verba reivindicada é de até R\$ 5 mil por parlamentar, que deverão ser justificados em notas fiscais.

**Reações** — O modelo foi inspirado nos parlamentos europeus e norte-americano. "Nos Estados Unidos o almoço de trabalho de um parlamentar é pago pelo Congresso", diz, em conversas reservadas, o líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE). "Isso existe na maioria dos parlamentos do mundo. Mas, para ser aprovado, só com um amplo acordo interno para enfrentar as reações lá fora (da opinião pública)", afirma o vice-presidente da Câmara, Beto Mansur (PPB-SP).

Foi uma ação direta do líder do governo no Congresso, Germano Rigotto (PMDB-RS), que impediu que a *greve branca* começasse na sessão de quarta-feira à noite. Ele procurou Basílio Vilani e fez um apelo pessoal para que não fosse retirado o quórum da sessão. Depois de reclamar muito, Vilani concordou em votar os vetos presidenciais.

22 Setembro 1995